

DESENVOLVIMENTO, PROTEÇÃO E AGRICULTURA EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – O CASO DE GUARAQUEÇABA –PR.

Jefferson Marçal da Rocha¹

Resumo

Neste trabalho se analisa como as políticas ambientais adotadas nas estratégias dos órgãos de proteção ambiental e de desenvolvimento rural influenciaram as políticas destinadas aos pequenos agricultores familiares do município de Guaraqueçaba, tendo como período de análise os anos compreendidos entre 1985 e 2002, quando a legislação passou a interferir, mas significativamente, nas práticas agrícolas dos pequenos agricultores locais.

1 Introdução

O litoral Norte do Estado do Paraná, em especial o município de Guaraqueçaba, é uma das regiões onde o desenvolvimento agrícola baseado no uso de agroquímicos oriundos da Revolução Verde não se consolidou, dadas suas condições edafoclimáticas específicas e seu potencial agrícola comercial abaixo dos índices considerados satisfatórios. É daí que se pode justificar o seu atual quadro de preservação, com uma paisagem ainda preservada e com rica biodiversidade. Por estes fatores passou a ser considerado nos últimos anos um patrimônio natural, não só para Brasil, mas também da humanidade.

O município de Guaraqueçaba está inserido, em toda a sua extensão na APA de Guaraqueçaba, uma Unidade de Conservação – UC (Figura 1- Em Anexo). Sua população é constituída em sua maioria de agricultores, coletores e pescadores que nos últimos anos, em função das dificuldades inerentes destas atividades, têm sofrido restrições para manutenção de suas práticas agrícolas historicamente utilizadas. Isto devido às imposições que a legislação ambiental reservou a estas práticas no interior de UCs (Lange Jr., 1996; Zanoni et al.,2000). Com isso Guaraqueçaba se tornou o palco do embate entre a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico, este almejado nos últimos anos com o adjetivo de sustentável.

Desde então a difícil conciliação entre “proteção ambiental” e o “desenvolvimento local” será uma constante preocupação. As demandas da “sociedade local” por melhorias no

¹ Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional e Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professor do Departamento de Economia da Universidade de Caxias do Sul – UCS –RS.

seu padrão de vida e as estratégias de preservação do “meio ambiente” impedem a perspectiva de compreender as relações entre a população local e suas práticas, representações e potencialidades de reprodução social no meio em que vivem (Teixeira, 2004; Rocha, 2004).

Desse modo, ao se analisar a situação das políticas de desenvolvimento rural, destinadas aos pequenos agricultores de Guaraqueçaba, nas suas relações com seu meio natural, a questão da relação entre as dinâmicas locais, tal como aqui entendidas, e as dinâmicas globais de desenvolvimento, se coloca como um ponto fundamental (Abdelmolki, 1996; Doutorado-MADE, 2002; Middleton e O’keefe, 2001). No âmbito deste embate é que se poderá reexaminar concretamente as noções de desenvolvimento sustentável, pois é justamente com objetivo de fazer uma reflexão crítica do conceito sustentabilidade, a partir de um caso concreto em sua dimensão histórica e atual que este texto se norteia. Dadas a diversidade e a complexidade que envolvem o tema, aqui “[...] parte-se da premissa de que todas as práticas humanas comportam dimensões objetivas, evidenciadas pelas dinâmicas naturais e pelas práticas técnicas, além da dimensão das representações do imaterial, expresso por relações simbólicas” (Raynaut; Zaroni; Lana, 2000, p. 76).

2- Apa de Guaraqueçaba e a controvérsia sobre a “sustentabilidade” da agricultura local

Pela proposta de zoneamento da APA de Guaraqueçaba, publicado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES 2001), a busca de soluções produtiva para a sociedade local se basearia basicamente, nas seguintes estratégias: 1ª - promover o exercício das atividades tradicionais, visando à possibilidade de uso dos recursos naturais, como forma de resguardar o conhecimento produtivo, a relação do homem local com o seu meio ambiente, e de manter e fortificar a organização social e cultural; 2ª ordenar as atividades turísticas voltadas para o desenvolvimento do ecoturismo e 3ª desenvolver atividades artesanais visando, principalmente, ao comércio turístico (cestaria, cerâmica e trabalhos em madeira).

Já para a manutenção da biodiversidade biológica propõe-se uma maior fiscalização na utilização dos recursos florestais e pesqueiros da região. Nos últimos anos também, há propostas de se ampliar projetos de Educação Ambiental.

Pelo que consta no Plano de Gestão Ambiental, realizado pelo IBAMA e pela SEMA-PR, em 1995 as propostas para viabilizar o cumprimento dos objetivos previstos na

Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba seriam quatro, não muito diferentes do que as proposta do Zoneamento do IPARDES:

- (1) assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde se encontra espécies raras e ameaçadas de extinção, bem como do complexo estuário da baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos e as comunidades *caiçaras integradas no ecossistema regional*;
- (2) controlar o uso de agrotóxico e demais substâncias químicas;
- (3) estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região;
- (4) proteger o entorno da Estação Ecológica de Guaraqueçaba. (SEMA-PR, 1995)

As propostas, nesse caso, procuram dar ênfase à preservação dos recursos ambientais, passando muito superficialmente por alternativas para viabilizar a manutenção e o desenvolvimento das atividades produtivas entre as comunidades locais. Além disso, as generalidades das propostas podem levar a inúmeras interpretações, o quesito (3), por exemplo, que pretende critérios de utilização dos recursos da região, é tão genérico que pode ser visto como um incentivo ao uso de agrotóxicos nas lavouras ou até a proibição total de qualquer tipo de atividade agrícola, já que não há comprovações evidenciando o que são critérios “racionais para o uso do solo” da região. Já o item que propõe a integração de *comunidades caiçaras* ao ecossistema regional, apesar de ter o mérito de tratá-las como tradicionais, reconhecendo sua antigüidade como povoadores da região, o que pode respaldar sua permanência nestes espaços, muitas vezes gera ambigüidades que obscurecem, ao invés de facilitar, a compreensão das dinâmicas históricas reais que produzem, reproduzem e transformam os seus modos de vida. O próprio conceito de tradicional, como adjetivo de populações moradoras de uma dada região, pode implicar uma tendência a uniformizar pessoas, grupos e comunidades extremamente heterogêneas, dificultando a apreensão de sua verdadeira historicidade.

Com isso pode-se acreditar que os atores sociais que não se restringem a categorização de caiçaras são predadores da natureza “[...] os antinatureza a serem controlados pela vigilância científica, pela legislação – e não como exceção, mas como derivação necessária desta postura – e pela polícia” (Zanoni et al. 2000, p. 48).

Já as recomendações do Plano de Gestão Ambiental não fogem muito do que consta na Resolução CONAMA 10/88 que traça o que deve prevalecer como parâmetro nas Áreas de Proteção Ambiental: “Unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da

população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais”(www.ibama.gov.apa-arquivos\apas.htm).

Por esse diagnóstico o objetivo fim de uma APA não estaria essencialmente na gestão dos recursos naturais de uma região comprovadamente especial pelos seus atributos naturais preservados, mas também pelas *questões sociais* que a envolvem. Com isso, a constituição do litoral norte do Paraná na APA de Guaraqueçaba deveria dar também aos agentes envolvidos na sua gestão, o potencial e a capacidade efetiva de se promover não só a conservação da diversidade biológica mas ao mesmo tempo, viabilizar condições dignas de vida para a população local, tanto das gerações presentes como as que virão (Domingues e Teixeira, 2002; IPARDES,2001, Rocha, 2004).

A Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, admite que a conservação da biodiversidade não deverá ser o único objetivo no manejo das diferentes categorias de unidades de conservação (UCs). Há outros objetivos, como a proteção de bacias, de fontes d’água e de paisagens; o fomento da recreação e do turismo ao ar livre, a conservação de sítios históricos, arqueológicos e culturais. Todos estes fatores deveriam ser tão importantes quanto a conservação da biodiversidade.

Assim, a proteção do meio ambiente não deveria ser vista como uma restrição ao desenvolvimento, mas como um novo mosaico de oportunidades de negócios sustentáveis, que harmonizem o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a proteção dos recursos naturais. Em outras palavras, buscar o bem-estar comum referenciado na Constituição Federal do país. Isso significa dizer que é o poder público que deveria incorporar a perspectiva ambiental em todas as suas políticas de desenvolvimento. Os pressupostos do desenvolvimento sustentável, em sua plenitude, deviam estar incorporados em qualquer perspectiva que visasse à melhoria de vida da sociedade (Acsretrad, 2001).

No caso específico de Guaraqueçaba deve-se considerar que este é o município mais isolado da região norte do litoral. Este isolamento se agrava ainda mais pela dificuldade de acesso, pois não conta com estrada asfaltada, sendo que o transporte tanto de mercadorias como de pessoas se dá, na sua maioria, por via marítima. Sua pouca densidade demográfica, aliada a sua baixa produtividade agrícola e ao seu pouco respaldo político lhe coloca numa condição de abandono e isolamento.

2.2 A “insustentável” agricultura de Guaraqueçaba

Segundo o IPARDES (2001,p 102), “[...] a agricultura na APA de Guaraqueçaba *não tem se mostrado uma atividade promotora de desenvolvimento* para a região e que, por outro lado, a agricultura familiar deve ser entendida como *atividade suporte* para outras ocupações e de sustentação de parte significativa da população local [...]” (grifos J.M.R.)

Já no relatório técnico da SPVS sobre a difusão de tecnologia agrícola adequada à APA de Guaraqueçaba consta: “Esse estudo detectou diversas atividades agrossilvopastoris sendo desenvolvidas na APA *causando impactos* ambientais e sociais, contribuindo para a descaracterização dos ecossistemas (desmatamentos, uso inadequado das terras, alteração da dinâmica ambiental) *e modo de vida das populações locais*(sic) [...] (SPVS, 1996, p. 36)(grifos J.M.R).

A agricultura, por essas concepções, deveria ser substituída ou no mínimo diminuída na APA de Guaraqueçaba, pois, além de não promover nenhum tipo de desenvolvimento econômico-social mais efetivo, não tem capacidade de ser competitiva e, nos últimos anos, tornou-se uma ameaça para a manutenção dos recursos naturais da região.

Assim a dentência das políticas de proteção ambiental impostas aos produtores agrícolas de Guaraqueçaba ocasionaram profundas repercussões sobre grande parte das atividades agroflorestais que até então eram desenvolvidas pela sociedade local. Com isso os pequenos agricultores familiares locais foram obrigados a implementar novas atividades e/ou práticas agrícolas com o objetivo de compensar as restrições impostas por esta legislação. Mesmo que não se possa apontar unicamente as restrições ambientais, como fator principal pelas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do município este foi um forte empecilho para a manutenção das práticas agrícolas até então praticadas.

Além disso, nos primeiros anos das restrições impostas pela legislação ambiental se deve ressaltar que, paradoxalmente, houve um significativo aumento do uso de produtos agroquímicos como adubos minerais, herbicidas e inseticidas. Isso se deu pela impossibilidade de os agricultores familiares manterem a prática do pousio e das queimadas controladas, práticas historicamente utilizadas e que permitiam, até então, manter a fertilidade do solo, bem como de controle das ervas invasoras e dos insetos danosos. Como estes agroquímicos eram proibidos no interior da APA, além de seu custo ultrapassar as possibilidades da maioria da população, houve um relativo declive na produção agrícola no município, dado a desmotivação que tomou conta dos pequenos agricultores locais. Ocorreu

também, concomitantemente, o aumento da extração ilegal do palmito nativo e dos desmatamentos clandestinos (Zanoni e Miguel, 1998).

Um outro fator a ser considerado são as concepções que muitos gestores, técnicos e pesquisadores que atuam na região tem das possibilidades agrícolas da região. Uns por concepções ideológicas, outros por analisarem só aspectos ligados a produção e outros ainda por se basearem em diagnósticos superficiais das práticas agrícolas na região. Com isso, nos últimos anos, há tendência foi de se acreditar que a agricultura não mais deve ser incentivada entre as comunidades rurais da região. Assim as poucas estratégias de desenvolvimento para a região, passaram a ser por incentivos a práticas não agrícolas.

No final do século XX, dada as dificuldades de manutenção de práticas agrícolas, a extração de palmito se consolida como a mais importante atividade econômica dos moradores rurais de Guaraqueçaba. Se constituiu na principal fonte de renda entre muitas famílias das comunidades agrícolas. Ainda que esta informação não possa ser confirmada, acredita-se que até o final dos anos 90 cerca de 80% das atividades econômicas de Guaraqueçaba ainda giravam em torno da extração (legal e ilegal) do palmito e da industrialização deste produto (Rodrigues e Tommasino, 2000).

Nota-se que o discurso de uma agricultura insustentável para Guaraqueçaba, à exceção dos aspectos ambientais, não foge àquele pregado para as demais regiões do país, ou seja, para a viabilidade econômica e social da agricultura no município, terá que haver uma política efetiva que proporcione condições para os pequenos agricultores familiares assegurarem meios de reprodução socioeconômica. Além disso, seriam necessárias maiores pesquisas quanto ao aspecto agrônomo dos solos da região, estes notoriamente não adequados a grandes plantações de grãos, por exemplo, mas nem por isso inadequado a outras formas de agricultura.

Ao lado disso, não se pode deixar de lembrar que a pequena agricultura familiar no município tem de fato na produção de subsistência um dos seus pontos fortes, não por ser intrinsecamente avessa às culturas de mercado, mas sim por ter dificuldades de acesso a esse mercado, seja por insuficiência de recursos - meios de produção e financiamento das atividades produtivas, conhecimentos técnicos ou terras suficientes e adequadas para desenvolver as culturas comerciais -, seja por falta de meios de comercialização, como escoamento e acesso a preços compensatórios (Ferreira e Zanoni, 2001).

Ferreira (2003) vê à agricultura local entre dois bloqueios, que poderão se tornar possibilidades concretas caso haja políticas de incentivo eficientes. Segundo esta pesquisadora:

Si la situation de faible modernisation s'expliquait pas les conditions du milieu physique qui empêchaient l'adoption du modèle, la région était considérée comme non apte pour l'agriculture et restait marginalisée par rapport aux politiques publiques, comme on verra plus tard dans le cas de la côte littorale du Paraná. En somme, un modèle unique, pensé comme solution pour tous les agriculteurs, a dominé les efforts de la recherche, de la vulgarisation agricole et n'a pas laissé de place pour la construction des alternatives technologiques et organisationnelles adaptées à la petite escale et aux milieux non appropriés aux trois axes du modèle : mécanisation, contrôle industriel des semences, intrants chimiques (FERREIRA, 2003 b, p.6).

Assim as medidas impostas pela legislação ambiental, que prevalecem nas áreas de proteção ambiental (UCs) tiveram como alvo o controle das condições de ocupação do solo e do uso dos recursos naturais. Com isso, as restrições ao uso do solo, aliadas às poucas políticas de incentivo à produção agrícola, acabaram desmotivando as práticas agrícolas de grande número de pequenos agricultores familiares de Guaraqueçaba.

3 A estratégia “não Agrícola” para Guaraqueçaba

A Fundação O Boticário de Preservação da Natureza estabeleceu-se no município de Guaraqueçaba na comunidade do Morato em 1993, fundando a Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) denominada “Reserva Natural Morato”. Esta RPPN abrangeu inicialmente uma área total de 1.716 hectares. Alguns anos depois, adquiriu mais alguns lotes e hoje ocupa 2.340 ha. Neste projeto a Fundação o Boticário teve o apoio financeiro da ONG norte-americana *The Nature Conservancy* (TNC). Nos seus projetos, esta ONG norte-americana pretende incentivar a preservação de parte da Mata Atlântica, considerada pela Unesco uma das mais importantes reservas da Biosfera e uma das mais ameaçadas também.

Antes da RPPN Salto Morato implantada pela Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, a área era ocupada por duas grandes fazendas de búfalos: a Fazenda Figueira e a Fazenda Salto do Morato, e por isso mesmo, no final da década de 1990, encontrava-se com significativo estado de degradação ambiental, especialmente nas áreas mais baixas, que eram utilizadas para pastagens e manejo dos animais. Segundo informações obtidas com os técnicos da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, antes de sua atuação na região havia também cortes indiscriminados de espécies nativas, especialmente o palmito juçara, isto mesmo após ter sido implantada a APA de Guaraqueçaba em 1985.

A intenção inicial da instituição era investir, nos primeiros três anos de implantação da reserva, em torno de 600 mil dólares na montagem de infra-estrutura e dos equipamentos que possibilitassem o trabalho de pesquisadores, além do acesso de turistas. Inicialmente a Fundação O Boticário tinha como exclusiva preocupação a manutenção e a recuperação dos recursos naturais da Reserva Natural Morato. Eram preocupações de cunho preservacionista e de pesquisas. Não havia projetos para atuar com comunidades humanas. Contudo, logo nos primeiros meses de sua atuação seus técnicos se viram diante de uma questão pouco discutida quanto da implantação da reserva: os problemas socioeconômicos que a comunidade do Morato passou a ter em função das restrições aos recursos naturais que agora estavam no interior da Reserva do Morato, de propriedade da Fundação O Boticário e, por isso mesmo com o acesso inibido.

Mesmo que os técnicos da Fundação O Boticário aleguem que a comunidade do Morato já passasse por dificuldades socioeconômicas antes da instalação da reserva, não se pode negar que a “moratória” implantada pela política preservacionista desta Fundação, aos recursos florestais antes utilizados pela comunidade, fez com que as condições de sobrevivência socioeconômicas destes agricultores se tornassem ainda mais difíceis. Como relata um antigo morador do Morato: “Antes era difícil mas nós tinha a mata, se caçava, se pescava, se tinha uma rocinha [...] depois ficou meio difícil [...] depois eles chegaram [referindo-se a Fundação O Boticário] nós ficamos sem uma alternativa [...] é difícil ninguém quer mais ter roça” (Entrevista In: Rocha, 2004).

Um outro agricultor da comunidade do Morato, esse mais taxativo, afirma: “Depois que eles chegaram [referindo-se a Fundação O Boticário] não tivemos mais lavoura [...] ninguém mais planta. Não temos mais como ir na mata. O que nos resta? [...] Ficamos esperando a boa vontade deles”(Entrevista In: Rocha,2004).

Pelas declarações obtidas em entrevistas que a implantação da APA de Guaraqueçaba em 1985 pouco inibia a atuação dos coletores de palmito na região, esta inibição só foi concretizada após a instalação da RPPN Salto Morato em 1993. De uma outra forma, a fiscalização sobre os recursos naturais do Morato, antes pouco realizada pelos órgãos ambientais governamentais, foi delegada, intencionalmente ou não, aos técnicos e guardas da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

Então se pode diagnosticar que situação econômica da comunidade local se agravou após as restrições aos recursos florestais localizados no interior da reserva Morato. Ou seja, a

legislação em si não causava tantos transtornos para os habitantes da comunidade quanto à privatização da gestão dos recursos naturais da “agora” RPPN instalada lá.

Também está evidente que não era intenção inicial da Fundação O Boticário desenvolver projetos sociais em Guaraqueçaba. Foram as circunstâncias que a levaram a isso. Segundo informações, a questão social foi um problema que surgiu logo nos primeiros meses de sua atuação.

Nesse caso para se buscar a denominada “sustentabilidade ponte²” (Tommasino,2002), o principal diagnóstico para o Morato foi de que a agricultura não seria mais viável como estratégia produtiva, tanto pela constatação *desfocada* de que poucos ainda a praticavam como pela dificuldade que se supõe que os produtos agrícolas locais têm para a comercialização (Rocha, 2004).

Deve-se se salientar que as áreas que “sobraram” para os agricultores do Morato, após a RPPN da O Boticário, são pequenas, isso talvez, também desestimulassem diagnósticos a favor de produções agrícolas como solução produtiva para a comunidade. Para Rodrigues (2002), por exemplo, na comunidade do Morato, dentre os 17 considerados por ele como estabelecimentos agrícolas, 10 não garantem a reprodução simples com a agricultura e possuem outras rendas maiores que a advinda das lavouras, cinco são fazendas e apenas dois possuem práticas agrícolas “sustentáveis”. Ou seja, para este pesquisador, os poucos estabelecimentos de agricultores da comunidade de Morato são insustentáveis economicamente. Por esses dados, a maioria da população local estaria fadada a mudar-se ou encontrar novas formas de se manter.

Desconsidera-se nesta análise, talvez, que a pequena agricultura familiar tem de fato na produção de subsistência um dos seus pontos fortes. Ao contrário do diagnóstico feito pela Fundação O Boticário, antes de se instalarem na região, segundo os moradores do Morato, havia significativas lavouras “de consumo” na comunidade. E esses pequenos agricultores não eram intrinsecamente avessos às culturas de mercado, esta situação só se dava pelas dificuldades de acesso a ele, seja por insuficiência de recursos para investimentos, seja por terras insuficientes das adequadas para desenvolver culturas comerciais, seja, ainda, por falta de meios de comercialização, este último devido em muito ao difícil acesso à região. Contudo,

² “Sustentabilidade ponte” foi considerada por Tommasino como a sustentabilidade baseada na preservação dos recursos ambientais, neste caso o incentivo a projetos sociais se dão por que os “pobres” das comunidades locais não preservam adequadamente o meio ambiente.

a solução proposta para os problemas econômicos dos agricultores do Morato foi uma estratégia não agrícola: o artesanato.

Foi para atender a uma demanda que influenciava diretamente na preservação dos recursos naturais que se pretendia preservar, no caso a área destinada à Reserva Salto do Morato, que a Fundação O Boticário começou a atuar no apoio a projetos de geração de renda para a comunidade local.

Seguindo a concepção pregada nos organismos internacionais como FAO, ONU, Banco Mundial e BID, e que muitas ONGs seguem, é a pobreza que gera, e é simultaneamente resultado da deteriorização ambiental. Por esta lógica, são os pobres, e não os ricos, que determinam um uso exaustivo dos recursos naturais que estão a sua volta. Assim, os problemas sociais devem ser resolvidos, não por questões humanitárias ou filantrópicas, mas sim para que se preservem os recursos ambientais aos quais os “pobres” poderiam ter acesso. Esta teoria pressupõe que estes os utilizariam de forma inapropriada aos interesses da preservação impostos pela perspectiva preservacionista (Diegues, 2000).

Essa “nova” estratégia desenvolvida pela Fundação O Boticário, a partir de meados de 1997, contou com o apoio da Fundação Interamericana. Esta uma organização independente do governo americano, criada em 1969 como uma alternativa experimental aos programas de ajuda externa dos Estados Unidos para a América Latina e o Caribe, mediante doações a organizações locais, ONGs especialmente, que direcionassem suas atividades para comunidades pobres deste continente. A Fundação Interamericana pretende promover estratégias de desenvolvimento que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Nestas estratégias constavam também que a participação efetiva das comunidades beneficiadas seria a base das propostas prestigiadas, a fim de que suas necessidades econômicas, culturais e religiosas pudessem ser contempladas.

Assim é que a Fundação Interamericana criou um fundo para o apoio a projetos de ecodesenvolvimento no Brasil. Este fundo seria gerenciado pela Fundação O Boticário e objetivava o apoio a projetos que:

- Visem à diminuição da pressão sobre os recursos naturais e fomentem atividades que garantam a proteção dos ambientes onde serão desenvolvidos;
- Aliem esforços ambientais e sociais, que gerem alternativas sustentáveis de renda e, principalmente, que sirvam de modelo para outras iniciativas; e,
- Fortaleçam valores que levem à prosperidade e qualidade de vida, pela educação e mobilização, através do cuidado com a natureza e investimento social. (Fundação o Boticário, 2003 – www.fundacaooboticario.org.br)

Nessa concepção há uma clara intenção de motivar projetos que evitem que comunidades locais pobres pressionem os recursos naturais de regiões consideradas “patrimônio natural”. Logo, a preocupação com a preservação ambiental, norteia as ações que envolvem a problemática social. Ou seja, em última análise, é uma condição para que se atinja a preservação da Natureza, este sim objetivo final, se não o único (Raynaut et al., 2003).

O projeto desenvolvido em Guaraqueçaba na localidade do Morato foi denominado “Programa de Geração de Renda para a Comunidade do Morato”³. A expectativa era proporcionar aos moradores da localidade formas alternativas de sustentabilidade econômica, visando especialmente à diminuição da coleta de palmito na região. Em outras palavras, procuravam-se fórmulas para evitar a utilização dos recursos florestais da região, especialmente aqueles localizados “agora” no interior da “Reserva da Fundação O Boticário”. Numa clara referência a esta expectativa é que o gerente da Reserva Salto do Morato declarou em entrevista -janeiro de 2002: “Aqui já não havia mais agricultor, eram todos palmiteiros”(In: Rocha,2004).

Mesmo que pelas informações do gerente da reserva do Morato a Fundação O Boticário já tivesse investido nos últimos seis anos, em torno de 100 mil reais só em projetos de geração de renda para a comunidade Morato, estes não renderam os resultados teoricamente, esperados. Talvez haja um *desfoque* dos objetivos da Fundação O Boticário de Preservação a Natureza e as necessidades autênticas dos moradores do Morato. O fato é que, mesmo com a boa vontade dos agentes executores desse projeto e os investimentos já feitos, essas ações foram insuficientes para proporcionar uma garantia de qualidade de vida, como consta nos ideais propostos inicialmente. O gerente da reserva do Morato admite

A nossa atuação com as questões sociais ainda é muito falha. Nós erramos em alguns pontos, houve muito paternalismo no início. A idéia era que nesta época eles atingissem autonomia própria, mas eles (referindo-se aos moradores da comunidade do Morato) ainda não têm iniciativa. São muito dependentes [...] Nós ainda estamos aprendendo como lidar com a comunidade. Houve muitos erros no início, nós sabemos [...] (Entrevista In Rocha,2004).

³ Este projeto incentivou a confecção de cestas com o uso de recursos florestais abundantes na região (o jungo), que eram utilizados nas lojas de O Boticário.

A estratégia para geração de renda para a comunidade do Morato, apesar das intenções iniciais da Fundação O Boticário de Preservação à Natureza, de proporcionar aumento de renda para seus moradores, não passou de solução paliativa e pontual, pois não conseguiu reverter o quadro precário que se encontra a maioria das famílias do local, além de não durar muitos anos. Este “desfoque” das demandas sociais do local talvez seja o reflexo da concepção que se tem de que a agricultura em Guaraqueçaba causa sérios desgastes ambientais e de que as soluções “não agrícolas” seriam mais viáveis na tentativa de manutenção desses recursos. Também, deve-se perceber que a “[...] busca da sustentabilidade fundamenta-se,[...] [na maioria dos casos], em argumentos cujo universo de referência situa-se muito além do contexto local” (Raynaut, 2002, p. 247) (Acréscimos J.M.R). Neste caso duas organizações norte-americanas, a TNC e a Fundação Interamericana.

4 “Um desenvolvimento sustentável” endógeno para Guaraqueçaba: o resgate agrícola

As atividades agrícolas em Guaraqueçaba foram, nos últimos anos, condenadas ao fracasso, alguns pesquisadores têm desconsiderado a trajetória histórica da sociedade regional, além de subestimarem a produtividade de suas principais lavouras e de desconsiderarem a importância das lavouras de subsistência. E isso, de alguma forma, tem *desfocado* as questões centrais quanto à pregada insustentabilidade da agricultura e o empobrecimento dos agricultores.

Contudo a importância da agricultura em Guaraqueçaba não é de todo desconhecida pelos agentes que atuam no município. Por exemplo, no relatório do Zoneamento da APA de Guaraqueçaba, realizado pelo IPARDES em 1996 e publicado em 2001, por exemplo, sugere-se que se deveria desenvolver na região pesquisas agrícolas dirigidas à definição de padrões tecnológicos adequados, aceitáveis e normatizáveis, levando-se em conta as condições ambientais e as possibilidades socioeconômicas e culturais da população tradicional.

Nas recomendações desse zoneamento para o incentivo a uma agricultura sustentável na região, constam 13 itens:

1º- atividades que promovam o emprego de tecnologias compatíveis ao solo e ao clima da região com a utilização de pouco ou nenhum agroquímico;

2º- baixo nível de mobilização do solo com o uso de sistemas de produção em que predominem cultivos com alto grau de cobertura do solo associados à agrossilvicultura;

3º- diversificação da produção agrícola;

4º- cultivos agrícolas que tenham vantagens competitivas levando-se em conta as potencialidades da região na produção agrícola de orgânicos, por exemplo;

5º- desenvolvimento de programas de pesquisa que visem à racionalização do cultivo do palmito, evitando a diminuição dos estoques e a coleta clandestina;

6º- fomento à produção agrícola dos pequenos agricultores familiares com o incentivo à renovação do estoque de sementes e mudas, principalmente de culturas comerciais como a banana;

7º - utilização de máquinas para as limpezas e práticas conservacionistas do solo;

8º- incentivo às agroindústrias, a fim de agregar valor aos produtos;

9º- adequar a produção da pecuária às especificidades da região, para evitar efeitos desastrosos ao solo, como aconteceu na prática da bubalinocultura;

10º disponibilizar técnicos rurais com perfil adequado, para trabalhar na região;

11º- estabelecer monitoramento das atividades a fim de manter a qualidade das águas;

12º - desautorizar projetos nas várzeas de rios denominados de “classe especial”;

13º - promover infra-estrutura para a comercialização da produção local.

Apesar de essas recomendações datarem da segunda metade da década de 1990, na prática o que se nota, em princípio de 2003, é a falta quase completa de iniciativas técnicas que visem a melhores práticas agrícolas. Além disso, as poucas que existem são muitas vezes inadequadas às características sociais e culturais locais. Refere-se aqui, por exemplo, ao cultivo do café, em anos passados, à bubalinocultura e às práticas agroquímicas, em anos mais recentes.

Além disso, apesar das recomendações, o papel das pesquisas científicas na região não tem sido o de produzir conhecimentos para a comunidade local. Estes geralmente ficam à mercê de iniciativas projetadas em escritórios técnicos refrigerados das metrópoles. Parece essencial, no contexto de buscar propostas adequadas para a região, levar em conta a complexidade do meio natural e da formação histórica das comunidades que o compõe, e estes passam pelo resgate da agricultura comercial e da de subsistência, que não têm apenas uma dimensão social e cultural, mas também econômica. E assim possibilitar a reprodução social e econômica de uma população excluída, ou em vias de tornar-se, por falta de iniciativas efetivas e eficientes de políticas de desenvolvimento e de sustentabilidade.

4.1 O projeto agrícola para a comunidade de Batuva

O projeto da “Unidade de Transformação” de produtos agrícolas da Comunidade de Batuva originou-se de um diagnóstico realizado em 1990 por um grupo de pesquisadores franceses e brasileiros denominado “Gestão de Recursos Naturais para um Desenvolvimento Sustentado”, que envolveu duas universidades: a Universidade de Paris 7 e a Universidade Federal do Paraná. Segundo entrevista com a responsável pelo projeto no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão da UFPR, professora Marlene G.M. Walflor, as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas em Batuva e arredores em nível acadêmico tornaram-se “pesquisa-ação”.

No diagnóstico constatado a partir das pesquisas acadêmicas realizadas na região entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, especialmente Miguel (1997) e Rougeulle (1993), concluiu-se que a exploração sustentada dos recursos agrossilvícolas na região de Guaraqueçaba, visando à melhoria das condições de vida das populações locais, especificamente na comunidade de Batuva, ao invés de basearem-se em estratégias produtivas “desconhecidas” na região, deveriam se ater a incentivos e melhorias nos processos de cultivos das culturas mais constantes entre os pequenos agricultores da região: o palmito e a banana.

Isso por diversos fatores tanto histórico-culturais como por questões ambientais. A exploração da banana, por exemplo, teria os quesitos fundamentais desta concepção, pois pode ser realizada sob cobertura florestal, é uma espécie embrófila na sua primeira fase de crescimento, necessitando, em consequência disso, da sombra de uma cobertura florestal; fator este que permite sua gestão conjunta com o palmito nativo, este um outro cultivo dado como potencialmente adequado, pela sua abundante existência e tradição de sua coleta entre os moradores locais. Assim, sistemas agrossilvícolas, nos quais o cultivo da banana e o cultivo do palmito poderiam ser associados, foram diagnosticados como ideais, pelo menos para o projeto piloto a ser desenvolvido na comunidade de Batuva. Considerou-se também que tanto a banana como o palmito são produtos de alto valor agregado, com uma demanda elástica, quer nas cidades do litoral do Paraná, quer em outros estados vizinhos (Zanoni e Walflor, 1999).

Já quanto aos fatores histórico-culturais da comunidade de Batuva destaca-se o associativismo que existia entre os pequenos agricultores locais. Segundo entrevistas, este associativismo constituía, à época, uma exceção diante da realidade das demais comunidades do município de Guaraqueçaba, pois os moradores locais já estavam organizados em associação juridicamente constituída, contudo, não recebiam muitas contribuições, tanto dos

órgãos estatais, que atuavam na região, como das ONGs já presentes no município, mas que se dedicavam a outras comunidades. A questão fundiária também era peculiar, pois as propriedades, na sua maioria, possuíam a documentação regularizada, o que viabilizava financiamentos e procedimentos legais para os possíveis projetos que exigissem esta garantia. Também, segundo a informação de uma das idealizadoras do projeto, a tendência agrícola da comunidade estava mais presente que em outras comunidades.

A comunidade de Batuva foi a escolhida, por que percebemos que era uma das mais abandonadas pelas iniciativas dos órgãos públicos, era uma comunidade, que apesar de organizada recebia pouca atenção quanto a investimentos e políticas de desenvolvimento. Por isso também vimos que era preciso valorar as vocações que já existiam lá. A idéia inicial era aliar a agrofloresta com a aquíicultura (Entrevista – Marlene Walflor – Pró-reitoria de Extensão da UFPR; In Rocha,2004) .

Um outro fator era a posse legal de terras. Em Batuva cada grande família de agricultores possuía em média 350 hectares, contando cada uma com várias famílias descendentes. Mesmo com o aumento das famílias, e a divisão dos lotes entre os herdeiros, já depois de três ou mais gerações, não houve o desmembramento legal das escrituras. Assim, a posse da terra era quase sempre coletiva, combinando usos comuns e privados dos recursos naturais (Marchioro, 1999).

A mão-de-obra utilizada nas unidades produtivas era, na sua ampla maioria, familiar. Também havia uma significativa importância das culturas de subsistência: milho, feijão, arroz e mandioca, que ocorriam em mais de 92% dos estabelecimentos agrícolas locais. Já a cultura da banana, segundo Marchioro (1999), ocupava 100% das atividades “geradoras de renda” dentre as práticas dos agricultores locais. O palmito, apesar de grande frequência, não haviaia números confiáveis de quantos produtores o cultivavam no início da década de 1990. Nesta questão há ainda hoje um receio muito grande entre os agricultores em falar sobre o assunto, pois teme-se freqüentemente por algum tipo de punição e/ou multa.

Contudo, no estudo de viabilidade socioeconômica de exploração agrícola sustentável para a comunidade de Batuva o palmito aparece como o segundo produto capaz de gerar um valor agregado, mesmo respeitando a legislação ambiental vigente.

O projeto da unidade de transformação de produtos agrícolas de Batuva tinha como objetivo principal proporcionar um aumento de renda aos produtores, considerando dois fatores: a diminuição da perda na produção de bananas e a viabilização da produção de palmito de forma legal. Ao mesmo tempo pretendia, mediante a geração de alguns empregos na unidade de transformação, proporcionar um complemento ao trabalho agrícola aos moradores da comunidade local. Em síntese, a escolha pela industrialização da banana e do

palmito em Batuva, se deve basicamente a seis fatores interligados entre si: a) a disponibilidade suficiente da matéria-prima; b) a tecnologia acessível baseada nos conhecimentos endógenos; c) o custo razoável do processo de transformação; d) o associativismo já presente na comunidade; f) a tendência agrícola da comunidade e por último; g) percepção de que a comunidade se encontrava abandonada em termos de incentivos públicos e/ou privados –ONGs.

5 Considerações finais

No município de Guaraqueçaba houve uma conjunção de fatores que promoveram a escassez e/ou ineficácia das políticas de desenvolvimento rural, dentre elas destacam-se: a concepção preservacionista do movimento ambientalista, o desmantelamento dos órgãos estatais de incentivo agrícola, a ascensão na região de agentes não-governamentais -ONGs-preservacionistas, o descaso dos governantes municipais, entre outros. Além disso, as poucas políticas que se destinaram a Guaraqueçaba foram pontuais e/ou temporárias, quando não desfocadas das verdadeiras demandas locais (Rocha,2004)).

Nos últimos anos as abordagens utilizadas nas políticas destinadas ao município, fundamentaram-se basicamente na limitação de espaços a se proteger e/ou na regulamentação da utilização de seus recursos naturais, sem se definir por formas efetivas de conciliação entre desenvolvimento socioeconômico e proteção da natureza.

No âmbito destas políticas ambientais, os pequenos agricultores de Guaraqueçaba passam a vivenciar então, o que se denominou de *duplo bloqueio* (Ferreira, 2000): enfrentam as dificuldades comuns do meio rural brasileiro, especialmente para os pequenos agricultores familiares (precariedade de serviços públicos, ausência de crédito e políticas agrícolas etc), e os bloqueios específicos às atividades agrícolas impostas a uma APA, estes advindos da legislação ambiental, que é mais severamente aplicado em UCs (Zanoni et al., 2000).

Isso deve-se também ao pouco consenso entre os órgãos e agentes que atuam na região - ONGs, órgãos ambientais, universidades, pesquisadores, entre outros - sobre quais as estratégias e/ou políticas a serem utilizadas a fim de que se alcance o denominado *desenvolvimento sustentável*⁴ tanto para a preservação dos recursos naturais como para a sociedade que vive no seu meio. Esta controvérsia insere-se num quadro de conflitos e

⁴ Mesmo considerando a polêmica que envolve a definição deste termo usa-se aqui por considera-lo adequado no contexto proposto. Uma análise deste conceito pode ser visto no capítulo 2 de Rocha, 2004.

desarticulações entre níveis de governo e de interesses contraditórios entre os diferentes grupos da sociedade local, gerando uma situação complexa em que as relações sociedade e natureza se constroem fragmentadas e não privilegiam aos interesses mais amplos da população local.

Ao lado da pouca presença e da inadequação de políticas públicas para o meio rural local, neste período ocorreu também um maior afastamento do Estado do seu papel de gestor do desenvolvimento local, especialmente no que diz respeito às questões ligadas ao modo de apropriação dos recursos naturais. Com isso, esta tarefa passou para as iniciativas privadas e ou Organizações Não-Governamentais – ONGs, que começaram a atuar na região, mais intensamente, a partir das últimas décadas do século XX. Assim, alguns projetos de desenvolvimento implantados em Guaraqueçaba foram de iniciativas isoladas de algumas ONGs (Sociedade de Proteção da Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS- e Fundação O Boticário, especialmente), aliadas ou não às instituições governamentais – IBAMA, IAP, EMATER, etc.-. Sua tônica é preservacionista, embora a temática do desenvolvimento não seja estranha aos seus planos e discursos.

Com as dificuldades cada vez mais acentuadas para a prática da agricultura tradicional no município, o êxodo rural e o trabalho assalariado continuaram a ser as alternativas para o pequeno agricultor. Alguns desses agricultores mantiveram uma pequena área agrícola para subsistência ou negociaram arrendamentos ou ainda, passaram a se dedicar à extração do palmito para os intermediários, geralmente de forma ilegal e precária. Essas práticas se caracterizaram pela exploração do trabalho e acentuaram a desigualdade socioeconômica na sociedade rural guaraqueçabana.

A oposição entre as demandas da população agrária local *versus* a necessidade de conservação dos recursos naturais nas áreas de proteção ambiental, cada vez mais se traduz na crítica que se faz às características do modelo de conservação vigente, e pela procura de uma compreensão mais precisa desta população, de seu padrão de ocupação do espaço e da utilização que ela faz dos recursos naturais a sua volta .

Nesse quadro não resta dúvida de que a agricultura praticada na região, de um modo geral, se tornou uma atividade extremamente difícil, e não necessariamente insustentável, não só pela desmotivação que a legislação ambiental ocasionou, mas também porque não houveram políticas adequadas de incentivo às atividades agrícolas, especialmente para os pequenos agricultores familiares. Este “desfoco” da ação política leva a agricultura local a

uma pretensa insustentabilidade. Isto porque não se considera outra sustentabilidade a não ser aquela regida pelos ganhos exclusivamente econômicos.

Enfim, nota-se que problemas socioambientais exigem políticas complexas, e o Estado se mostra ainda incapaz de geri-las de acordo com as aspirações sociais de cada lugar. Isso demonstra a importância da atuação dos agentes sociais locais no processo tanto de formulação como de implantação de políticas de desenvolvimento. Porém, para que isso se efetive, os atores locais precisam adquirir uma organicidade capaz de ultrapassar os limites dos conflitos localizados, para proporem programas e controles redefinidores da natureza e dos mecanismos inerentes às políticas tradicionais. Implica, assim, uma mudança na natureza dos movimentos sociais, que terão que transpor as condições de agentes meramente reativos para se firmarem como sujeitos também responsáveis pela construção de uma sociedade mais justa, politicamente democrática e consciente dos limites dos recursos naturais a sua volta. De outra forma, os problemas ambientais que perpassam os aspectos sociais devem ser tratados também pelos atores locais, sem que isso exima a responsabilidade do conhecimento técnico, que deve se imbricar na busca de um desenvolvimento sustentável, em que as formas de manutenção dos recursos ambientais de cada lugar sejam coerentes com a manutenção econômica, cultural e social daqueles que vivem em seu meio.

6 Referencias Bibliográficas

ABDELMOLKI, Lahsen e COURLET, CLAUDE. **Les Nouvelles Logiques du développement**. Paris: Éditions L'harmattan, 1996.

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney SILVA; Manira; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade – Um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 75 - 96.

DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE –MADE-. **Projeto de Pesquisa-Desenvolvimento Sustentável e preservação da Natureza -Estratégias organizacionais dos atores sociais do meio rural em Áreas de proteção Ambiental - Guaraqueçaba, litoral do Paraná**. s/d, não publicado.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Os agricultores familiares em uma área de Proteção Ambiental: a história de um duplo bloqueio**. Curitiba, não publicado, 2000.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno et al. **Histoire des relations société/nature dans la région littorale nord de l'Etat de Parana**. Centre National de Larecherche Scientifique : Ecole Thematique : La démanche interdisciplinaire das le domaine de l'environnement : Méthodes et outil por parteger les savoirs, 29 setembre ou 2 outubro, 2003.

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. Citação de referências e documentos eletrônicos. Disponível em: < www.fundacaooboticario.org.br> acesso em 15 de março de 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA. Áreas de Proteção Ambiental. Disponível em < <http://ibama.gov.apa-arquivos\apas.htm>> Acesso em 9 de ago.2001.

IPARDES/IBAMA. **Zoneamento da Área de proteção Ambiental de Guaraqueçaba**, Curitiba:IPARDES,2001.

LANGE JR. Francisco Lothar. O Zoneamento em APAS: Um Novo Enfoque. In: Discussão Sobre as Áreas de proteção Ambiental – APAs – Seminário realizado em 17 de dezembro de 1996- Curitiba-PR, dezembro de 1996.

MARCHIORO, Nilson de Paula Xavier. Viabilidade Técnico-Econômica da Exploração Sustentável do palmito(*Euterpe Edulis*)Na comunidade de Batuva- Guaraqueçaba,PR. In.: Caderno De Extensão- Desenvolvimento Sustentável Em Guaraqueçaba. **Curitiba: Universidade Federal do Paraná-pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 1999 (a),p. 41-54.**

MIGUEL, Lovois Andrade e ZANONI, Magda. Práticas agroflorestais, políticas públicas e meio ambiente : o caso do litoral norte do estado do Paraná. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.1, n.1, p. 9-23, jan./dez.1998.

MIGUEL, Lovois Andrade. **Formation, evolution et transformation d’un système agraire dans le sud du Brèsil(Litoral Nord de l’état du Paraná). Une paysannerie face à une politique de protection de l’environnement:”chronique d’une mort annoncée**, Paris, 1997. 313f. Tese (Docteur de L’institut National Agronomique Paris-Grignon) Institut National Agronomique Paris/Grignon.

RAYNAUT, Claude et al. **Sustainability: Where, When, for Whom? Past, present and Future of a local rural population in a protected natural area (Guaraqueçaba, Brasil).** Texto apresentado no XV ICAES- Pres-session: Sustainability and communities of Place. Florence, 12 de Julho de 2003.

RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda e LANA, Paulo. O Desenvolvimento Sustentável Regional: O que proteger? Quem Desenvolver.In: **Desenvolvimento e Meio ambiente- Em busca da Interdisciplinaridade - Pesquisas Urbana e Rurais**. Cunha, Paulo et al.(editores),Curitiba:Editora da UFPR,2002, p. 235-248.

ROCHA, J.M. A Gestão dos Recursos naturais: Uma perspectiva de Sustentabilidade Baseada nas Aspirações do “Lugar”. In: **Estudo & Debate**. Ano 7, n 1 e 2/2000, Lajeado: UNIVATES, 2001,p 167-188.

_____. Política Internacional do meio Ambiente: avanços e entraves.In: **V Encontro Bienal da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica- Brasil e Cone Sul Desafios e possibilidades de um desenvolvimento Sustentável**. Caxias do Sul: Anais Ecoeco-cd room-, Set.,2003(a).

_____. **A Sustentabilidade Desfocada: A lógica das Políticas de Desenvolvimento para Áreas de proteção Ambiental- APAs – o Caso de Guaraqueçaba.** Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2004.

RODRIGUES, A . R. **A Sustentabilidade da Agricultura em Guaraqueçaba: O caso a produção Vegetal.** Curitiba, 2002, 214 f. Tese (Doutorado e, Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL-SPVS. **Projeto Difusão de Tecnologias agrícolas adequadas à APA de Guaraqueçaba .** Relatório Final. Curitiba- agosto , 1996

_____-SPVS.
Projetos em Execução. Disponível em <<http://www.spvs.org.br/projetos/carbono.html>> . Acesso em 14 de mar. 2002.

TEIXEIRA, Cristina. **A Construção Social da proteção ambiental na APA de Guaraqueçaba.** Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2004.

TOMMASINO, H., **Sustentabilidad ou Insustentabilidad “Puente”? Análisis de La Producción Animal En El Municipio (APA) de Guaraqueçaba, Parná (BR).** Curitiba, 2002, 229 f. Tese (Doutorado e, Meio Ambiente e Desenvolvimento)-MADE, Universidade Federal do Paraná.

UFPR.MADE-Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Oficinas de Pesquisa da Turma IV- Linha de Pesquisa Sistemas sociais, técnicos e recursos naturais em áreas rurais. Programas de Pesquisa Interdisciplinar no Litoral Norte do Paraná-Guaraqueçaba e na Região Metropolitana de Curitiba . **Reflexões teóricas preliminares.** Curitiba, MADE,2001, não publicado.

WALFLOR, M. G. M. A Produção de Conhecimento e Formação em Um Projeto de Extensão Universitária – O caso Guaraqueçaba. In: WALFLOR, M. G. M. (org.) **Cadernos de Extensão – Desenvolvimento Sustentável em Guaraqueçaba.** Curitiba: Editora da UFPR, 1999. p. 19-40.

ZANONI, M; WALFLOR, M;ROUGEULLE, M. D. Novas modalidades de pesquisa, ensino extensão: o programa de desenvolvimento sustentável de Guaraqueçaba (Paraná, Brasil). A Universidade e a demanda social das comunidades. In: **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.** 1999, Curitiba: UFPR, p. 33-54.

ZANONI, Magda et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza,** Curitiba: Editora da UFPR, n. 2/ 2000, p. 39 – 55.